

O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO COMBATE À CULTURA DO ESTUPRO

Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira¹

RESUMO

São inúmeros relatos e notícias sobre as diversas formas de abusos que as mulheres sofrem diariamente. Este artigo tem como objetivo refletir sobre as questões de gênero impostas pela sociedade e mostrar a importância de abordar este tema nas instituições de ensino, desde a Educação Básica. Foram realizadas pesquisas no banco de teses da Capes, da USP e em periódicos sobre a temática, além de autores que discutem esse tema. Foi uma reflexão sobre como inserir este tema nos currículos e na gestão dessas instituições de ensino. Mostrar como se faz urgente esta abordagem com nossos estudantes.

Palavras-chave: Gênero, currículos, educação e abusos.

THE ROLE OF SCHOOL EDUCATION IN FIGHTING RAPE CULTURE

ABSTRACT

There are numerous reports and news about the various forms of abuse that women suffer daily. This article aims to reflect on the gender issues imposed by society and show the importance of addressing these issues in educational institutions, since basic education. Research was carried out in the Capes, USP thesis database and in journals on the subject, as well as authors discussing this topic. It was a reflection on how to insert this theme in the curricula and management of these educational institutions. Show how urgent this approach is with our students.

Keywords: Gender, curricula, education and abuse.

¹ Mestranda em Educação – UFJF; Especialista em Pedagogia Empresarial – Estácio de Sá; Especialista em Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino – CEFET e Graduada em Pedagogia – UNIFAA. E-mail: eunicesamp@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A violência sexual, ao longo da história sempre ocorreu. Em tempos de guerra, as mulheres eram sequestradas, estupradas e distribuídas aos soldados como simples objetos de espólios. Um exemplo foi a Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648) na Europa, metade das mulheres na Alemanha foram violentadas mais de uma vez (GARBIN et al., 2006). Em Roma, ao final de um casamento, o casal passava por um pequeno ritual: a mulher fingia ter muito medo e se agarrava à mãe, enquanto os amigos do noivo a arrastavam à força até os aposentos do marido. É um ritual que lembra a época em que mulheres eram sequestradas por invasores, reproduzida em *Game of Thrones*, é uma série de televisão norte-americana criada por David Benioff e D. B. Weiss, e baseada na série de livros *A Song of Ice and Fire*, de George R. R. Martin.

São vários os relatos sobre esse tipo de violência, e uma dessas histórias é a de Luci. Ela era uma menina de 13 anos que vivia em um vilarejo. Certo dia, ela saiu para ir com uma amiga e sentiu vontade de ir ao banheiro. Sem ter aonde ir, entrou no primeiro casebre que viu. Foi quando um homem de 35 anos a encontrou e decidiu que a tomaria à força. Luci foi violentada de forma brutal. Quando a menina chegou em casa, seu pai não podia acreditar que a filha não era mais virgem. A família buscou justiça e o acusado foi encontrado confessando o crime. De acordo com a lei da época, o oficial apresentou 2 opções: ou o homem ia preso ou assumia a menina afim de resgatar sua "honra". Como o seu pai demonstrou constrangimento diante da situação, optou por casa-la. No dia seguinte, Luci se mudou para a cabana onde foi violentada e residindo ali por 11 anos. Ele a engravidou por 5 vezes e a agredia diariamente. O caso de Luci aconteceu em 1982, na cidade de Guarulhos, em São Paulo, e Luci hoje, está separada de seu estuprador.

Até o ano de 2002, existia na lei brasileira a possibilidade de o estuprador não cumprir pena caso ele se casasse com sua vítima. Este texto encontrava-se no artigo de nº 1520 do Código Civil (Lei 10.406/02) se referindo à possibilidade de o casamento de menor de idade com o agressor sexual. Dizia o seguinte: "excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil, para evitar imposição ou cumprimento da pena criminal ou em caso de gravidez".

Estudos revelam que foram noticiados 68 mil casos de violência contra a

mulher em 2018², e esta realidade ainda é sustentada, uma vez que observa-se diariamente o grande número de casos de violência sexual contra as mulheres, e esse número só aumenta, demonstrando que a violência sexual ainda é um problema alarmante.

Existem também os casos de assédios sexuais nos trabalhos, nestes casos, as mulheres são inferiorizadas em suas atribuições, escutam “piadinhas” agressivas e muitas vezes abusivas, sofrem com “toques” indesejados, são coagidas a denunciarem, por necessidade e medo de perderem o emprego. São várias situações que se pode citar, pois, a maioria dos homens foram criados dessa forma, aprenderam que a mulher pertencem a eles, e reproduzem esse pensamento ao longo da sua existência.

De acordo com Bourdieu (2010), a relação da dominação masculina juntamente com a natureza biológica está naturalizada no meio social. O homem precisa provar sua virilidade, dar prova de sua potência sexual. O próprio ato sexual é em função da masculinidade, sendo que o possuir sexualmente, é dominar, submeter o outro ao seu poder, podendo também ter sentido de abusar. Por este motivo, o assédio sexual nada mais é do que a afirmação da dominação em estado puro. Um reflexo do machismo, do patriarcalismo e do sexismo, os quais encorajam a supremacia masculina sobre a feminina, além de classificar as mulheres como simples objetos sexuais. E muitas vezes, não é praticada apenas pelo sexo masculino, o que leva à construção de comportamentos, discursos, ideologias e práticas que naturalizam essa supremacia e condicionam essas mulheres a uma de inferioridade, submissão e servidão.

Para completar o pensamento de Bourdieu, Miskolci (2015) fala que a heteronormatividade é a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual. A heteronormatividade, portanto, é a obrigação social de a pessoa ser heterossexual. Com isso, surgem efeitos e sentidos sobre os corpos das pessoas. Neste sentido, a cultura do estupro está tão normalizada em nossa sociedade e reforça assim, o machismo, que por consequência, reforça o sexismo, pois incentiva o comportamento relacionado a ideia que o homem deve possuir várias mulheres, e com isso, condiciona de forma errada a suposição de que mulheres que

² Violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/03/estudo-revela-68-mil-casos-de-violencia-contra-a-mulher-noticiados-em-2018/>. Acesso: 03/03/2019.

se vestem com roupas curtas e/ou sensual, são livres, podem e devem ser possuídas. Uma vez que para a sociedade, essas mulheres não se deram o devido respeito, não se comportaram como deveriam, ou melhor com a sociedade queria.

Esse processo de objetificação das mulheres, no sentido de que elas estão disponíveis a qualquer momento, está tão enraizado na sociedade que acabou sendo normalizado, mesmo sendo um ato abominável. O presente trabalho busca discutir a cultura do estupro, mostrando suas causas e como pode ser a abordagem desse tema nas escolas, atuando na prevenção da violência de gênero, pois mudança só ocorrerá com o enfrentamento no campo educacional e cultural, alterando a forma como a mulher é vista pela sociedade.

CULTURA DO ESTUPRO

A Cultura do Estupro, acontece quando na sociedade, a violência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima. Uma vez, que argumentos sobre a conduta, comportamento, forma de se vestir da mulher que foi violentada tiram o foco de cima do agressor. Se esquecendo da gravidade do ato e procurando justificá-lo. Ela é a aceitação e a proliferação do comportamento machista e sexista da sociedade. Ou seja, os homens não precisam responder pelos seus atos violentos e cabe a mulher ter um bom comportamento.

São 500 mil casos de estupro no Brasil por ano, segundo estimativa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão vinculado ao Governo Federal. De acordo com a Nota Técnica nº 11 do IPEA de 2014, apenas 50 mil desses casos são denunciados, 70% das vítimas são crianças e adolescentes; 24% dos agressores são pais ou padrastos; 32% amigos ou conhecidos; 88,5% das vítimas de estupro é do sexo feminino. Esse número eleva-se para 97,5% se analisadas apenas as vítimas em idade adulta. E ainda, no caso de mulheres negras, esse número é bem maior. Já quanto ao sexo do agressor, a estimativa é de que 98,2% seja masculino. O que caracteriza o estupro como um crime de gênero.

Desse modo, ser mulher é ter conhecimento do seu potencial como vítima do crime de estupro, o que implica medo e conseqüente restrição no direito de ir e vir, considerando haver certos horários e locais de maior probabilidade de ocorrência de violação sexual.

A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA

Segundo a mitologia, o deus dos mares Poseidon se encantou pela beleza da sacerdotisa Medusa e a estuprou dentro de um templo dedicado a deusa Atena. A deusa Atena indignada com Medusa, a transformou no monstro que todos conhecem, assim não poderia chegar perto de nenhum outro homem. Observa-se aí um exemplo clássico de culpabilização da vítima. O agressor não foi advertido em momento algum, mas a vítima foi amaldiçoada.³

Diariamente, histórias como essas se repetem, a mulher é vítima e ao mesmo tempo se sente culpada, pois a sociedade a faz pensar dessa forma, utilizando-se de vários argumentos para se justificar um ato tão bárbaro, como a vestimenta da vítima, o lugar onde ela estava no momento da violência, o uso de drogas e bebidas alcoólicas e até mesmo se ela teve ou não reação. É uma busca constante para tentar amenizar a culpa do agressor, tentando passar como um ato comum, pois se a mulher “não se deu ao respeito” ela não pode reclamar.

Mas, e quando o estupro é contra um vulnerável, uma criança, um portador de necessidades especiais? Há justificativas? Não, aí o estupro é visto como um crime hediondo. Então qual o motivo dessa diferença? Porque contra as mulheres ele pode ocorrer? A resposta é simples, porque para a sociedade a mulher é sempre o elo mais fraco, é sempre algo a que tem que ser casta, justa, sem erros. Um tropeço, e ela é condenada.

É preciso entender, que o estupro não ocorre porque a vítima “não se deu ao respeito”, nenhuma desculpa irá anular a agressão ou o estupro, nada vai amenizar a situação. Não é preciso que determinadas situações ocorram para que a mulher seja violentada, não depende de classe social, de religião ou da postura dela na sua vida social. Um caso recente no Brasil ilustra isso: Em junho desse ano, uma menina de 12 anos foi estuprada dentro de uma igreja, no litoral de São Paulo.

Para se superar essa cultura, é preciso entender que não consiste apenas em tratar os crimes contra a dignidade sexual, mas sim, enquanto práticas de violência de gênero. A opressão da mulher pelo homem persiste ao longo dos anos, mesmo em sociedades modernas, como a do Brasil. Essa opressão de gênero se dá em condutas sociais a partir de diferenças biológicas aparentes.

³ O Mito de Medusa na Mitologia Grega. Disponível: <https://www.todamateria.com.br/o-mito-de-medusa-na-mitologia-grega/>. Acesso: 20/10/2018.

Os homens são definidos em termos de sua conquista nas instituições sociais elaboradas, eles são participantes, por excelência, nos sistemas das experiências humanas feitos pelos homens. Num nível moral, o mundo da “cultura” é deles. As mulheres, por outro lado, dirigem as vidas, que parecem ser irrelevantes, à distinção formal da ordem social. Seu status é derivado de seu estágio no ciclo da vida, de suas funções biológicas e, em particular, de seus laços sexuais e biológicos a homens específicos. E mais, as mulheres são mais envolvidas do que os homens nos materiais “sujos” e perigosos da existência social, dando a luz e pranteando a morte, alimentando, cozinhando, desfazendo-se das fezes e equivalentes. (ROSALDO, 1979, p. 47).

Sendo assim, a violência sexual não é apenas uma ação criminosa, e sim, uma das expressões mais graves do patriarcado, uma forma de controle cultural sobre os corpos das mulheres. Pois, dentro dessa cultura existe um sistema que não acolhe e sim, oprime a vítima, intimidando essas mulheres, para que desistam de registrar as denúncias. A sociedade encoraja a agressão sexual masculina contra a mulher, ela condena, aceita e ao mesmo tempo celebra, o que quer dizer, que ao mesmo tempo que condenamos o estupro, a incentivamos quando colocamos o corpo feminino como desejável e vulnerável, ou seja, como objeto a ser consumido.

Quantas mulheres sofrem assédio no seu dia-a-dia, de seus chefes, colegas de trabalho, nas ruas e até mesmo, meninas são abusadas dentro de banheiros de escolas e universidades, outras sofrem trotes e são violentadas dentro dos alojamentos e casas de estudantes. Isso tudo é reflexo da cultura patriarcal e da relação de força e opressão que as mulheres sofrem todos os dias.

É preciso ter a consciência que o estupro vai além do sexo, é a violência contra a mulher em suas diversas formas, não é preciso ocorrer a penetração, e por este motivo, a melhor forma de combate se dá pela educação. A escola precisa se comprometer com o combate de estereótipos e não maximizar essas diferenças. Os meninos devem aprender a respeitar as meninas, e não as meninas serem privadas do que podem ou devem fazer.

O PAPEL DA ESCOLA NO ROMPIMENTO DA CULTURA DO ESTUPRO

Segundo Roveri (2010), desde que nascem, as crianças vivenciam certas experiências sociais que são determinadas pelo fato de serem meninos ou meninas, aprendem como devem agir, o que vestir, etc.

As características de gêneros são pré-definidas, nos é dito que meninos podem realizar determinadas tarefas ou participar de determinadas brincadeiras, que

por sua vez, meninas são proibidas. E se algum deles fogem ao padrão pré-estabelecido, são censurados por todos, pois os meninos devem ser mais agressivos e corajosos, e as meninas mais delicadas, recatadas e submissas. De acordo com Foucault:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. (FOUCAULT, 2010, p. 235).

Nas escolas, a questão de gênero sempre existiu, como por exemplo: ao formar-se uma fila de meninos e meninas separadamente, de que menino não devem chorar, de que a menina não pode usar short, e se usa é reprimida ou assediada. Como Silva relata:

(...) os estereótipos e os preconceitos de gênero eram internalizados pelos próprios professores e professoras que inconscientemente esperavam coisas diferentes de meninos e meninas. Essas expectativas, por sua vez, determinavam a carreira educacional desses meninos e dessas meninas, reproduzindo, assim, as desigualdades de gênero. (SILVA, 1999, p. 132)

Essas formas de separar meninos e meninas ocasionam maiores desigualdades entre os gêneros, colocando o sexo masculino como superior, reproduzindo, assim, o que a sociedade sempre pregou, que a mulher é um ser inferior ao homem, e que por isso, deve ser submissa e aceitar todas as imposições do sexo oposto.

Segundo Foucault (1987), a disciplina “fabrica” indivíduos, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Sendo um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

É preciso mudar essa realidade, por este motivo falar de gênero na escola, é fazer com que se pense a respeito das diversas formas de ser de uma pessoa, é entender que o homem não é superior a mulher, é ensinar que homem não bate em mulher, não porque ela é mulher e mais frágil, e sim porque ela possui os mesmos direitos que ele, e ele nunca gostaria de apanhar ou ser violentado. Como Guacira Louro coloca:

São pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural”. (LOURO, 2004, p. 63).

A escola tem que ser um lugar de descobertas, e não reafirmar o que a sociedade deseja. É mostrar que existem diferenças sim, mas que devem ser combatidas. É fazer com que seus alunos se sintam no lugar do outro. É formar as cidadãs e cidadãos reflexivos e críticos. Realizando assim, um enfrentamento cultural e educacional contra o machismo, buscando construir uma sociedade mais justa.

APLICANDO A DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS

A Escola do Ser, no interior de Goiás, destacada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) vem realizando um trabalho pioneiro na discussão de gênero com as crianças pequenas, a partir dos 6 (seis) anos, temas como feminismo e desconstrução do machismo entre os meninos vem sendo realizado.⁴

O prédio da escola é uma casa, com pomar, cozinha, biblioteca, entre outros ambientes. Nessa escola, todos participam da sua manutenção, todos lavam a louça, limpam o banheiro, etc. Os meninos aprendem a cuidar de uma casa, trocam a fralda do filho da professora, já que um dia serão pais. As meninas aprendem que podem ser muito mais que donas de casa, que podem jogar futebol, etc. Em uma das oficinas propostas pela Escola com crianças de 6 a 12 anos, utilizou-se de princesas e príncipes para proporcionar a reflexão sobre os estereótipos de gênero. E ao final das atividades uma das crianças desenhou A Bela Adormecida e escreveu ao lado: “Isso é um tipo de abuso, porque a princesa não diz sim quando está dormindo, assim ela não sabe se quer ser beijada, nem conhece a pessoa”.

A exemplo da Escola do Ser, as escolas deveriam incluir os temas como Gênero e Diversidade no Projeto Político Pedagógico abordando temas como educação sexual, relações de gênero e direitos humanos. Trazendo livros e autores que tratem dessa temática, que compreendam que o feminino e masculino constituem formulações muito mais sociais do que biológicas. Mostrar os avanços

⁴ Combate à cultura do estupro: Como essa escola trouxe a igualdade de gênero para o centro das atividades. Disponível em: <https://catraquinha.catractalivre.com.br/geral/aprender/indicacao/combate-cultura-do-estupro-como-essa-escola-trouxe-igualdade-de-genero-para-o-centro-das-atividades>. Acesso em: 05/08/2017.

das lutas e movimentos feministas, levando exemplos de mulheres que ao longo da história estavam à frente de sua época, pintoras, artistas, etc.

Um currículo e uma pedagogia diferenciada são a chave para se atingir a conscientização dos alunos em frente a um assunto tão complexo. Por esse motivo, esse trabalho tem que estar pautado numa teoria *queer*. De acordo com Miskolci (2015, p.18, “a proposta *queer* é pensar a sexualidade e outras diferenças, como culturais e políticas, como parte da vida cotidiana, e não afetando as pessoas apenas como assunto de saúde pública”.

Já para Guacira Louro:

A teoria queer permite pensar a ambigüidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (...) Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, em que as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. (LOURO, 2004, p. 550)

A teoria *queer* busca rejeitar classificações, enquadramentos. *Queer* foi um termo utilizado historicamente de forma negativa, com o objetivo de humilhar aquelas pessoas que apresentavam identidades de gênero e sexuais fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. Entretanto, esse termo foi resignificado e apropriado por movimentos feministas e das minorias sexuais, como forma de resistência e ironia à heteronormatividade. Nesse contexto, como LOURO (2004) fala a teoria queer é considerada uma política de conhecimento cultural. Ela obriga a pensar no impensável, ou seja, no que foge a padronização social. Ao se trabalhar com um currículo e uma pedagogia *queer*, leva-se o aluno a pensar sobre algo que ele acha estranho, a questionar e a repensar suas ações. Tomaz Tadeu da Silva argumenta que,

tal como o feminismo, a teoria queer efetua uma verdadeira reviravolta epistemológica. A teoria queer quer nos fazer pensar queer (homossexual, mas também "diferente") e não straight (heterossexual, mas também "quadrado"): ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. (...) O queer se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar queer significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. (SILVA, 1999, p. 107)

Dessa maneira, ao trabalharmos com uma pedagogia baseada em um currículo *queer* abordariamos todos os processos que intensificam as diferenças e as identidades, o foco seria o trabalho pedagógico voltado para a discussão as relações do eu com o outro, trabalhando questões como ética, respeito, tolerância, empatia, etc.

Em um currículo que traz e discute as diferenças, tiraríamos essa discussão do imaginário e a colocaríamos no presente, com isso, causaríamos um processo que além de discutir a produção das diferenças na sociedade, criticaria o ato político por detrás desse reforço as diferenças.

CONCLUSÃO

O machismo e o patriarcado ainda estão muito enraizados na sociedade. Por esse motivo, a cultura do estupro, que responsabiliza a vítima pela violência que sofreu em razão de algum comportamento diferente do que a sociedade espera de seu gênero e diminui a culpa do agressor, demanda uma intervenção por meio da educação.

Essa intervenção pedagógica deve visar a modificação dessa realidade, uma vez que o sujeito agressor não é culpado sozinho, existe a culpa em toda sociedade e suas instituições que são coniventes e dificultam que as denúncias ocorram, que constroem as vítimas, fazendo com que elas se sintam culpadas por terem sofrido a violência.

A escola precisa se comprometer com o combate de estereótipos, buscando acabar ou pelo menos diminuir as diferenças entre os gêneros. Essa mudança de comportamento deve partir dos educadores e de toda comunidade escolar, pois por meio de exemplos a teoria é assimilada. Não basta professores ensinarem sobre o tema, é preciso que esses sujeitos também se desfaçam de seus preconceitos. Que parem de definir o que os meninos e meninas podem fazer, que meninos são bons em matemática, mas que as meninas são apenas esforçadas. É preciso se modificar para modificar o outro.

Quando meninos aprenderem a respeitar suas colegas, teremos homens mais conscientes e sensatos, tanto quanto as mulheres. E teremos mulheres mais seguras, fortes e que busquem seus objetivos. Só assim teremos uma sociedade

com direitos iguais para todos os gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Cap. I.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUUS, H.; RABINOW, P. **Michael Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARBIN, C. A. S. et al. Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2567-2573. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001200007. Acesso em: 20/10/2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sips sistema de Indicadores de percepção social: Tolerância social à violência contras as mulheres**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Brasília: Ipea, 2014.

LOURO, G. Teoria Queer - Uma Política Pós-Identitária para a Educação. **Estudos Feministas**, p. 541-553., 2001.

LOURO, G. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Cap. II e III.

MISKOLCI, R. Introdução. In: MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [2012].

ROSALDO, M. Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROVERI, F. T. **Barbie na educação das meninas: do rosa ao choque**. São Paulo. Annablume, 2012. (Capítulos I, II, III e IV).

SILVA, M. E. F. da. Entre brinquedo de menino e de menina: papéis de gênero, bullying e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. In: **Encontro diálogos sobre dificuldades de aprendizagem: definições e possibilidades de intervenção**, 1., 2016, Marília. Anais... Marília: FFC-Unesp, 2016.CD-ROM, p. 132-145.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.